



Banco Bradesco BBI S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 06.271.464/0001-19
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, do Banco Bradesco BBI S.A. (Bradesco BBI), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco BBI, Banco de Investimento da Organização Bradesco, assessora clientes em emissões de ações, operações de fusões e aquisições, estruturação e distribuição de instrumentos de dívida, incluindo debêntures, notas promissórias, CRIs, fundos imobiliários, FIDCs e bonds no Brasil e Exterior, além de operações estruturadas de financiamento de empresas e financiamentos de projetos na modalidade *Project Finance*.

No exercício de 2016, o Bradesco BBI assessorou 146 transações em todos os produtos de *Investment Banking*, totalizando volume de R\$ 193,7 bilhões.

O Lucro Líquido registrado somou R\$ 1,8 bilhão, correspondente a R\$ 362,84 por lote de mil ações. Patrimônio Líquido de R\$ 8,6 bilhões e Ativos Totais de R\$ 11,3 bilhões.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2016	2015		
ATIVO			PASSIVO	
CIRCULANTE	1.879.703	1.388.778	CIRCULANTE	287.586
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	38	6	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6c II)	146.658
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	1.161.107	212.732	Instrumentos Financeiros Derivativos	146.658
Aplicações no Mercado Aberto	294.011	212.732	OUTRAS OBRIGAÇÕES	140.928
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	867.096	867.096	Sociais e Estatutárias (Nota 14e)	1.444
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	249.263	700.928	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	23.705
Carteira Própria	40.736	523.469	Negociação e Intermediação de Valores	-
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6c II)	205.502	162.064	Diversas (Nota 13b)	115.779
Vinculados à Prestação de Garantia	3.025	15.395		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS	23	-	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.468.103
Créditos Vinculados	8	-	DEPÓSITOS	2.416.679
Transferências Internas de Recursos	15	-	Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	2.416.679
OUTROS CRÉDITOS	469.139	474.516	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6c II)	18.366
Rendas a Receber (Nota 7a)	163.094	228.470	Instrumentos Financeiros Derivativos	18.366
Diversos (Nota 7b)	320.071	246.045	OUTRAS OBRIGAÇÕES	33.588
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.026)	-	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	30.278
OUTROS VALORES E BENS	133	597	Diversas (Nota 13b)	2.780
Despesas Antecipadas	133	597		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.939.147	6.760.383	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	115
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	6.720.979	6.702.534	Resultados de Exercícios Futuros	115
Carteira Própria	6.702.324	6.654.155		
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6c II)	18.655	48.379	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	8.582.250
OUTROS CRÉDITOS	218.168	57.849	Capital:	
Diversos (Nota 7b)	218.168	57.849	- De Domiciliados no País	4.870.000
PERMANENTE	2.519.204	1.737.766	Reserva de Capital	561.091
INVESTIMENTOS OPERACIONAIS	2.514.268	1.733.479	Reservas de Lucros	3.430.145
Participações em Coligadas e Controladas:			Ajustes de Avaliação Patrimonial	(278.986)
- No País (Nota 8a)	2.513.867	1.733.078		
Outros Investimentos (Nota 8b)	707	707		
Provisões para Perdas (Nota 8c)	(306)	(306)		
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	3.976	3.501		
Imóveis de Uso	991	991		
Outras Imobilizações de Uso	8.406	7.232		
Depreciações Acumuladas	(5.421)	(4.722)		
INTANGÍVEL (Nota 10)	960	786		
Ativos Intangíveis	1.594	1.181		
Amortização Acumulada	(634)	(395)		
TOTAL	11.338.054	9.886.927	TOTAL	11.338.054

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Agió por Subscrição de Ações	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
				Legal	Estatutária	Próprias	Controladas		
Saldos em 30.6.2016	4.870.000	561.091	-	313.196	2.672.368	(505.133)	182	-	7.911.704
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	226.070	(105)	726.417	225.965
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	(444.581)	726.417
Destinações: - Reservas	-	-	-	36.321	408.260	-	-	(292.000)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14e)	-	-	-	-	-	-	-	10.164	(292.000)
- Reversão de Dividendos do 1º Semestre/2016	-	-	-	-	-	-	-	-	10.164
Saldos em 31.12.2016	4.870.000	561.091	-	349.517	3.080.628	(279.063)	77	-	8.582.250
Saldos em 31.12.2014	4.537.929	561.662	-	219.427	1.077.918	(92)	(5)	-	6.396.931
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(92)	269	-	177
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	805.473	805.473
Destinações: - Reservas	-	-	-	40.273	588.200	-	-	(628.473)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14e)	-	-	-	-	-	-	-	(177.000)	(177.000)
Saldos em 31.12.2015	4.537.929	561.662	-	259.700	1.666.118	(92)	264	-	7.025.581
Aumento de Capital por Subscrição	-	331.500	-	-	-	-	-	-	331.500
Aumento de Capital com Reserva	571	(571)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(278.971)	(187)	-	(279.158)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	1.796.327	1.796.327
Destinações: - Reservas	-	-	-	89.817	1.414.510	-	-	(1.504.327)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14e)	-	-	-	-	-	-	-	(292.000)	(292.000)
Saldos em 31.12.2016	4.870.000	561.091	-	349.517	3.080.628	(279.063)	77	-	8.582.250

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	512.979	1.359.655	483.045	1.150.424
Operações de Crédito	26	47	24	24
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d)	496.223	1.462.852	382.735	1.024.375
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6c IV)	16.730	(103.244)	103.296	(103.244)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(180.915)	(334.069)	(96.674)	(289.976)
Operações de Captações no Mercado (Nota 11b)	(166.852)	(320.006)	(96.674)	(289.976)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.063)	(14.063)	-	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	332.064	1.025.586	386.371	860.448
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	372.921	749.987	555.115	1.024.375
Recargas de Prestação de Serviços (Nota 15)	442.472	851.443	665.072	1.024.375
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(95.703)	(156.257)	(143.321)	(156.257)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(49.316)	(96.593)	(92.038)	(96.593)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(39.957)	(71.285)	(70.856)	(71.285)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 8a)	157.476	293.974	218.819	293.974
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	14.496	32.358	35.579	35.579
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(56.547)	(103.653)	(58.100)	(103.653)
RESULTADO OPERACIONAL	704.985	1.775.573	941.522	1.775.573
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21)	85	119	183	119
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	705.070	1.775.692	941.705	1.775.692
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 12a e b)	(21.447)	20.635	(136.232)	20.635
Provisão para Imposto de Renda	(175)	7.463	(84.966)	7.463
Provisão para Contribuição Social	(175)	6.063	(59.362)	6.063
Ativo Fiscal Diferido	22.386	7.109	6.096	7.109
LUCRO LÍQUIDO	726.417	1.796.327	805.473	1.796.327
Número de ações (Nota 14a)	4.950.733,362	4.950.733,362	4.727.522,077	4.950.733,362
Lucro por lote de mil ações em R\$	146,73	362,84	170,38	362,84

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI" ou "Instituição") é uma Instituição Financeira, que tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, e de crédito imobiliário), inclusive câmbio e administração de valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.
As operações são realizadas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.838/07 e 11.941/09, para contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, entretanto, premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem diferir das estimativas e das provisões apresentadas.
As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Ajuste de balanço
O resultado é ajustado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisões para desvalorização, quando aplicável. A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentadas na Nota 5.
e) Títulos e valores mobiliários
• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização e.
• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, métodos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.
f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)
São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedged*) ou não.
As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.
Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedged*) e são classificados de acordo com sua natureza em:
• *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedged*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado e.
• *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta destacada no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedged* é reconhecida diretamente em conta de resultado.
g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais devidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos, valores mobiliários e atualização monetária sobre depósitos judiciais são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".
Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, o lucro foi alterado para 20%, conforme Lei nº 13.189/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.
Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, e demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados na Nota 23.
h) Despesas antecipadas
São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.
Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	705.070	1.775.692	941.705	1.775.692
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(142.603)	(278.067)	(218.629)	(218.629)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	589	1.119	589	1.119
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(157.476)	(293.974)	(218.151)	(293.974)
Despesa/(Reversões) com Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	221	671	(1.704)	671
Perda na Venda de Imobilizado de Uso	-	54	-	54
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	14.063	-	14.063
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	562.467	1.487.625	722.076	1.487.625
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(198.265)	(867.096)	822.156	(867.096)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros	(47.760)	72.681	1.441.823	72.681
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(24)	(24)	6	(24)
Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	473.610	173.715	119.123	119.123
Aumento em Depósitos	166.852	320.005	2.096.674	320.005
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(42.306)	(407.584)	1.598	(407.584)
Redução em Resultados de Exercícios Futuros	(100)	(100)	(21)	(100)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(21.201)	(11.650)	(171.000)	(11.650)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	893.273	666.062	5.029.927	666.062
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Aquisição de Títulos				

continuação



Banco Bradesco BBI S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 06.271.464/0001-19

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de aplicações em operações comprometidas:		
Posição bancada	20.901	18.955
Subtotal	20.901	18.955
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	86.285	141.584
Total (Nota 6d)	107.186	160.539

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	2016			2015		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Títulos para negociação (2)	557.031	205.502	18.655	781.188	786.238	(5.050)
Letras financeiras do tesouro	3.025	-	-	3.025	3.032	(7)
Ações	459.734	-	-	459.734	459.734	-
Debêntures	14.679	-	-	14.679	14.679	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	205.502	18.655	224.157	219.827	4.330
Letras do tesouro nacional	38.857	-	-	38.857	38.857	-
Outros	40.736	-	-	40.736	50.109	(9.373)
Títulos disponíveis para venda (3)	3	-	6.189.051	6.189.054	6.664.158	(465.104)
Ações (4)	3	-	6.189.051	6.189.054	6.654.158	(465.104)
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Total em 2016	557.034	205.502	6.207.706	6.970.242	7.440.396	(470.154)
Total em 2015	511.073	174.460	6.717.929	6.970.242	7.440.396	(470.154)

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do exercício o Bradesco BBI possuía R\$ 554.006 mil (2015 - R\$ 511.073 mil), aplicados em fundos administrados pela Organização Bradesco;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante, exceto os instrumentos financeiros derivativos;

(3) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a administração realizou testes de *impairment* para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda, em que não apresentaram evidências de perdas a serem registradas; e

(4) As ações classificadas como disponível para venda no realizável a longo prazo referem-se à ações preferenciais resgatáveis e não resgatáveis sem cotação em bolsa e o valor justo dessas ações é calculado por meio de modelo interno.

c) Instrumentos financeiros derivativos

O BBI participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive swaps de taxas de juros, swaps de moeda e opções. A política de gestão de riscos da Organização é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA (BM&FBOVESPA) e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos swaps de moeda, de taxa de juros e swaps com outros fatores de risco. O valor justo dos contratos futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, usando curvas de rendimento e o valor justo do ativo correspondente.

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se, substancialmente a operações de swap, sendo registrados na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (CETIP).

As operações envolvendo contratos futuros de índices e moedas são efetuadas pela Administração, no sentido de proteção das exposições globais da Instituição.

I - Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação

	2016		2015	
	Valor global	Valor líquido	Valor global	Valor líquido
Contratos de opções	205.502	205.502	162.064	162.064
Compromissos de compra:				
- Mercado Interfinanceiro	205.502	205.502	162.064	162.064
Contratos de swap	41.478	41.478	38.978	38.978
Posição ativa:				
- Moeda estrangeira	38.978	-	38.978	-
- IGP-M	2.500	-	2.500	-
Posição passiva:				
- Moeda estrangeira	41.494	-	41.494	-
- IGP-M	38.978	-	38.978	-
- IGP-M	2.516	16	2.516	16

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D-1.

II - Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrada pelo seu valor de custo atualizado e valor de mercado

	2016		2015	
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado
Ajuste a receber - swap	14.325	4.330	42.022	6.357
Prêmios e opções a receber	205.502	205.502	162.064	162.064
Total do Ativo em 2016	219.827	4.330	204.086	6.357
Total do Ativo em 2015	167.008	(146.658)	167.008	(146.658)
Ajuste a pagar - swap	(14.067)	(4.299)	(18.366)	(6.300)
Prêmios de opções lançadas	(146.658)	(146.658)	(146.658)	(146.658)
Total do Passivo em 2016	(160.725)	(4.299)	(165.024)	(6.300)
Total do Passivo em 2015	(160.725)	(4.299)	(165.024)	(6.300)

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de Participações em Coligadas e Controladas."

Empresas	Patrimônio líquido ajustado		Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %	Lucro líquido ajustado		Resultado de equivalência patrimonial	
	Capital social	ajustado	Ações	Cotas		2016	2015	2016	2015
BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	22.900	53.624	-	22.900	99,999994	11.114	42.615	11.114	9.703
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	1.090.000	1.640.433	972.586	-	100,000000	175.911	894.888	175.911	138.344
BRAH Bradesco Asset Management S.A. DTM	167.008	371.458	9.322	-	100,000000	61.911	331.548	61.911	37.094
Japira Holdings S.A. (1) (2)	896.314	1.697.067	2.962	-	0,271405	154.703	4.606	-	106
STVD Holding (1) (2)	-	-	-	-	-	-	4.723	323	373
Agora CTVM S.A.	284.000	443.746	13.674	-	100,000000	44.609	443.746	44.609	33.301
Total	2.840.000	4.437.246	1.000.000	22.900	100,000000	443.746	1.733.078	293.974	218.815

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e interrelação de diretores; e

(2) Em 31 de outubro de 2016, o investimento da STVD Holding S.A., foi incorporado pela Japira Holdings S.A.

b) Composição de outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Títulos patrimoniais	401	401
Investimentos por incentivos fiscais	272	272
Ações	23	23
Obras de arte	11	11
Subtotal	707	707
Provisão para perdas	(306)	(306)
Total	401	401

9) IMOBILIZADO DE USO

	2016		2015	
	Taxa	Custo	Depreciação	Valor líquido
Imóveis de uso:				
- Edificações	4%	961	(904)	57
- Terrenos	-	30	-	30
Instalações, móveis e equipamentos	10%	4.829	(2.442)	2.387
Sistema de processamento de dados, comunicação e segurança	20%	3.577	(2.075)	1.502
Total em 2016		9.397	(5.421)	3.976
Total em 2015		8.223	(4.722)	3.501

10) INTANGÍVEL
Corresponde a Gastos em Desenvolvimento de Software. O valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 960 mil (2015 - R\$ 786 mil) e amortização acumulada de R\$ 634 mil (2015 - R\$ 395 mil).

11) DEPÓSITOS

a) Em 31 de dezembro de 2016 o valor correspondente a R\$ 2.416.679 mil (2015 - R\$ 2.096.674 mil), refere-se a Depósitos Interfinanceiros emitidos em 1º de setembro de 2015, com vencimento em 1º de setembro de 2022, à taxa de juros de 108,40% do CDI.

b) Despesas de captações

Representada pelas captações de depósitos interfinanceiros, no montante de R\$ 320.006 mil (2015 - R\$ 96.674 mil).

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

c) Processos cíveis

São pletos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistemas informatizados e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

d) Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e o decorrer ou do encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

III - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Trabalhistas	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	8.161
Constituições líquidas de reversões	665	(795)
Atualização monetária	-	224
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (Nota 13a e b))	665	8.161

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Bradesco BBI são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetuada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são: a) Autuação de IRPJ e CSLL, relativo aos anos-bases de 2007 a 2013, lançados sobre glosa de amortização de ativo de investimentos, no valor de R\$ 367.740 mil (2015 - R\$ 211.923 mil); b) Autuação relativa à contribuição previdenciária sobre aportes em planos de previdência complementar e também sobre valores pagos a título de Participação dos empregados nos lucros e resultados - PLR no valor de R\$ 20.474 mil (2015 - R\$ 18.885 mil).

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	326	85.627
Provisões para impostos e contribuições diferidos (Nota 23c)	27.554	75.229
Impostos e contribuições a recolher	17.365	9.271
Provisões fiscais (Nota 12b))	8.738	8.161
Total	53.983	178.288

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisão para participação nos lucros e resultados	60.475	53.566
Provisão para pagamentos a efetuar	11.636	9.675
Provisão para despesa de pessoal	38.243	33.553
Provisões cíveis (Nota 12b))	6.102	6.673
Provisões trabalhistas (Nota 12b))	665	-
Outras	1.438	1.039
Total	118.559	104.506

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Carteira própria:	6.743.060	7.177.624
- Debêntures	-	12.396
- Cotas de fundos de investimentos	554.006	511.073
- Ações (4)	6.189.054	6.654.155
Instrumentos financeiros derivativos	224.157	210.443
Vinculados à prestação de garantias	3.025	15.395
Letras financeiras do tesouro	3.025	15.395
Total	6.970.242	7.403.462

III - Contratos de opções e de swap - (Notional)

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	1 a 90 dias	91 a 180 dias
Contratos de opções	-	205.502
Contratos de swap	5.016	205.502
Total em 2016	5.016	205.502
Total em 2015	-	162.064

IV - Valores das receitas e das despesas líquidas

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Contratos de opções	(103.219)	100.385
Contratos de swap	(25)	(106)
Contratos futuros	-	7
Total (Nota 6d))	(103.244)	100.286

V - Valores globais dos instrumentos financeiros derivativos, separados por local de negociação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
CETIP (balcão)	288.474	245.036
Total	288.474	245.036

d) Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b))	107.186	160.539
Títulos de renda fixa	3.683	(5.446)
Títulos de renda variável	1.351.983	227.642

continuação



Banco Bradesco BBI S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 06.271.464/0001-19
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	37.570	29.386
Contribuição à COFINS	28.911	35.480
Contribuição ao PIS	4.698	5.765
Impostos e taxas	106	225
Total	71.285	70.856

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Receitas financeiras	23.573	20.601
Comissões	7.553	11.848
Reversão de provisão cível (Nota 12b)	571	2.675
Recuperação de encargos e despesas	335	276
Outras	326	179
Total	32.358	35.579

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Comissão de intermediação de operação	99.582	52.657
Outras despesas financeiras	3.849	2.534
Patrocínio	-	2.406
Outras	222	503
Total	103.653	58.100

21) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de aluguéis	173	183
Prejuízo na alienação de valores e bens	(54)	-
Total	119	183

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as práticas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Ativos		
Aplicações no mercado aberto	294.011	212.732
Aplicações em depósitos interfinanceiros	867.096	-
Juros sobre o capital próprio/dividendos a receber	-	60.033
Passivos		
Depósitos interfinanceiros	2.416.679	2.096.674
Instrumentos financeiros derivativos	18	14
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	432.629

	Exercício findo em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Receitas de intermediação financeira	107.186	160.539
Despesas de intermediação financeira	(320.006)	(96.674)
Resultado em operações com derivativos	(35)	30.821
Outras despesas, líquidas de outras receitas, operacionais	(66.518)	(51.050)
Total	(199.363)	(56.364)

(1) Banco Bradesco S.A. e Banco Boavista Interatlântico S.A.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Atualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração do Banco Bradesco, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 5.300 mil (2015 - R\$ 5.200 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 3.000 mil (2015 - R\$ 5.200 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	5.053	3.597
Total	5.053	3.597

Benefícios pós-emprego

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Planos de previdência complementar de contribuição definida	2.855	3.901
Total	2.855	3.901

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães – Contador – CRC 1SP218369/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e aos Acionistas do

Banco Bradesco BBI S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BBI S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banco Bradesco BBI S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

23) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.775.692	941.705
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(799.061)	(423.768)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	90.888	98.467
Crédito tributário líquido do passivo diferido (2)	131.400	73.650
Receitas não tributáveis líquidas de despesas indedutíveis (3)	597.811	91.192
Outros valores (4)	(403)	21.535
Imposto de renda e contribuição social do exercício	20.635	(136.232)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2016, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

(2) Constituição de crédito tributário, líquido do passivo diferido, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15;

(3) Refere-se substancialmente a dividendos recebidos de ações; e

(4) Inclui, basicamente, (i) em 2015, a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada; e (ii) as deduções inconsistentes.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	13.526	(144.329)
Impostos diferidos		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	7.109	4.549
Alíquota de créditos tributários Lei nº 13.169/15	-	3.548
Adições temporárias	-	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	20.635	(136.232)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil	
	Saldo em 31.12.2015	Saldo em 31.12.2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.198	5.625
Provisões civis	2.803	548
Provisões fiscais	3.840	231
Provisão trabalhista	-	266
Provisão para desvalorização de bens não de uso	432	-
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	130	-
Provisão para pagamento sujeito a transfer pricing	14.550	5.601
Provisão para pagamento de participação nos lucros e resultados	20.347	26.548
Outros	33	5.412
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	60.333	44.231
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	61	185.980
Total dos créditos tributários (Nota 7b)	60.394	230.211
Obrigações fiscais diferidas (Nota 13a)	75.229	13.371
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	(14.835)	216.840

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35

	Em 31 de dezembro de 2016 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2017	10.608	4.926	15.534
2018	14.759	7.464	22.223
2019	14.521	7.273	21.794
2020	4.372	2.704	7.076
2021	459	356	815
Total	44.719	22.723	67.442

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somam R\$ 63.797 mil (2015 - R\$ 58.206 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários do BBI foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	23.548	71.284
Atualização de depósitos judiciais e outros	4.006	3.945
Total	27.554	75.229

24) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O BBI como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitirá vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

*Fonte: Niqaquest - perfil dos assinantes - 2016.

A EMPRESA FOI A SUA PRIORIDADE NÚMERO UM EM 2016?

DIVULGUE SEUS RESULTADOS EM UM JORNAL DE PRESTÍGIO. DIVULGUE NO VALOR.



Valor Econômico

91% dos assinantes são investidores

65% dos assinantes possuem cargo de decisão

Deixe que mais de **3,4 milhões** de leitores, muito bem qualificados, vejam os números da sua empresa.

Uma oportunidade de gerar negócios, atrair investidores e fazer sua empresa crescer ainda mais.

11 3767.1323 - São Paulo
61 3717.1331 - Brasília
21 3521.1415 - Rio de Janeiro



Só o Valor disponibiliza seus resultados em todas as plataformas.

valor.com.br/
comunicacaocominvestidores

Valor
Notícias que geram negócios

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, do Banco Bradesco BBI S.A. (Bradesco BBI), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

 O Bradesco BBI, Banco de Investimento da Organização Bradesco, assessora clientes em emissões de ações, operações de fusões e aquisições, estruturação e distribuição de instrumentos de dívidas, incluindo debêntures, notas promissórias, CRIs, fundos imobiliários, FIDCs e bonds no Brasil e Exterior, além de operações estruturadas de financiamento de empresas e financiamentos de projetos na modalidade *Project Finance*.

 No exercício de 2016, o Bradesco BBI assessorou 146 transações em todos os produtos de *Investment Banking*, totalizando volume de R\$ 193,7 bilhões.

O Lucro Líquido registrado somou R\$ 1,8 bilhão, correspondente a R\$ 362,84 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 8,6 bilhões e Ativos Totais de R\$ 11,3 bilhões.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2016	2015		2016	2015
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	1.879.703	1.388.778	CIRCULANTE	287.586	657.961
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	38	6	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6c II)	146.658	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	1.161.107	212.732	Instrumentos Financeiros Derivativos	146.658	-
Aplicações no Mercado Aberto	294.011	212.732	OUTRAS OBRIGAÇÕES	140.928	657.961
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	867.096	-	Sociais e Estatutárias (Nota 14e)	1.444	433.597
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS			Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	23.705	126.100
(Nota 6a)	249.263	700.928	Negociação e Intermediação de Valores	-	1
Carteira Própria	40.736	523.469	Diversas (Nota 13b)	115.779	98.263
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6c II)	205.502	162.064			
Vinculados à Prestação de Garantia	3.025	15.395	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.468.103	2.203.170
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS	23	-	DEPÓSITOS	2.416.679	2.096.674
Créditos Vinculados	8	-	Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	2.416.679	2.096.674
Transferências Internas de Recursos	15	-	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6c II)	18.366	48.065
OUTROS CRÉDITOS	469.139	474.515	Instrumentos Financeiros Derivativos	18.366	48.065
Rendas a Receber (Nota 7a)	163.094	228.470	OUTRAS OBRIGAÇÕES	33.058	58.431
Diversos (Nota 7b)	320.071	246.045	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	30.278	52.188
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.026)	-	Diversas (Nota 13b)	2.780	6.243
OUTROS VALORES E BENS	133	597	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	115	215
Despesas Antecipadas	133	597	Resultados de Exercícios Futuros	115	215
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.939.147	6.760.383	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	8.582.250	7.025.581
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS			Capital:		
(Nota 6a)	6.720.979	6.702.534	- De Domiciliados no País	4.870.000	4.537.929
Carteira Própria	6.702.324	6.654.155	Reserva de Capital	561.091	561.662
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6c II)	18.655	48.379	Reservas de Lucros	3.430.145	1.925.818
OUTROS CRÉDITOS	218.168	57.849	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(278.986)	172
Diversos (Nota 7b)	218.168	57.849			
PERMANENTE	2.519.204	1.737.766			
INVESTIMENTOS	2.514.268	1.733.479			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País (Nota 8a)	2.513.867	1.733.078			
Outros Investimentos (Nota 8b)	707	707			
Provisões para Perdas (Nota 8b)	(306)	(306)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	3.976	3.501			
Imóveis de Uso	991	991			
Outras Imobilizações de Uso	8.406	7.232			
Depreciações Acumuladas	(5.421)	(4.722)			
INTANGÍVEL (Nota 10)	960	786			
Ativos Intangíveis	1.594	1.181			
Amortização Acumulada	(634)	(395)			
TOTAL	11.338.054	9.886.927	TOTAL	11.338.054	9.886.927

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil								
Eventos	Capital Social	Reserva de Capital Ágio por Subscrição de Ações	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária	Próprias	Controladas		
Saldos em 30.6.2016	4.870.000	561.091	313.196	2.672.368	(505.133)	182	-	7.911.704
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	226.070	(105)	-	225.965
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	726.417	726.417
Destinações: - Reservas:	-	-	36.321	408.260	-	-	(444.581)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14e)	-	-	-	-	-	-	(292.000)	(292.000)
- Reversão de Dividendos do 1º Semestre/2016	-	-	-	-	-	-	10.164	10.164
Saldos em 31.12.2016	4.870.000	561.091	349.517	3.080.628	(279.063)	77	-	8.582.250
Saldos em 31.12.2014	4.537.929	561.662	219.427	1.077.918	-	(5)	-	6.396.931
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(92)	269	-	177
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	805.473	805.473
Destinações: - Reservas:	-	-	40.273	588.200	-	-	(628.473)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14e)	-	-	-	-	-	-	(177.000)	(177.000)
Saldos em 31.12.2015	4.537.929	561.662	259.700	1.666.118	(92)	264	-	7.025.581
Aumento de Capital por Subscrição	331.500	-	-	-	-	-	-	331.500
Aumento de Capital com Reserva	571	(571)	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(278.971)	(187)	-	(279.158)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	1.796.327	1.796.327
Destinações: - Reservas:	-	-	89.817	1.414.510	-	-	(1.504.327)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14e)	-	-	-	-	-	-	(292.000)	(292.000)
Saldos em 31.12.2016	4.870.000	561.091	349.517	3.080.628	(279.063)	77	-	8.582.250

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	Exercícios findos em		Exercícios findos em	Exercícios findos em		Exercícios findos em	Exercícios findos em
	2º Semestre 2016	31 de dezembro 2016		31 de dezembro 2015	2º Semestre 2016		
Operações de Crédito	512.979	1.359.655	483.045				
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d)	26	47	24				
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6c IV)	496.223	1.462.852	382.735				
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(180.915)	(334.069)	(96.674)				
Operações de Captações no Mercado (Nota 11b)	(166.852)	(320.006)	(96.674)				
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.063)	(14.063)	-				
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	332.064	1.025.586	386.371				
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	372.921	749.987	555.151				
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	442.472	851.443	665.072				
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(95.703)	(156.257)	(143.321)				
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(49.316)	(96.593)	(92.038)				
Despesas Tributárias (Nota 18)	(39.957)	(71.285)	(70.856)				
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 8a)	157.476	293.974	218.815				
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	14.496	32.358	35.579				
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(56.547)	(103.653)	(58.100)				
RESULTADO OPERACIONAL	704.985	1.775.573	941.522				
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21)	85	119	183				
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	705.070	1.775.692	941.705				
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 12a e b)	21.347	20.635	(136.232)				
Provisão para Imposto de Renda	(864)	7.463	(84.966)				
Provisão para Contribuição Social	(175)	6.063	(59.362)				
Ativo Fiscal Diferido	22.386	7.109	8.096				
LUCRO LÍQUIDO	726.417	1.796.327	805.473				
Número de ações (Nota 14a)	4.950.733.362	4.950.733.362	4.727.522.077				
Lucro por lote de mil ações em R\$	146,73	362,84	170,38				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI" ou "Instituição") é uma Instituição Financeira, que tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, e de crédito imobiliário), inclusive câmbio e administração de valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

 As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

 O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição de caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 4.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisões para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentadas na Nota 5.

e) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	Exercícios findos em		Exercícios findos em
	2º Semestre 2016	31 de dezembro 2016	
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	705.070	1.775.692	941.705
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(142.603)	(278.067)	(219.629)
Depreciação e Amortização	589	1.119	890
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(157.476)	(293.974)	(218.815)
Despesa/(Reversões) com Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	221	671	(1.704)
Perda na Venda de Imobilizado de Uso	-	54	-
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	14.063	14.063	-
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	562.467	1.497.625	722.076
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(198.265)	(867.096)	822.156
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(47.760)	72.681	1.441.823
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(24)	(24)	6
Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	473.610	173.715	119.123
Aumento em Depósitos	166.852	320.005	2.096.674
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(42.306)	(407.584)	1.598
Redução em Resultados de Exercícios Futuros	(100)	(100)	(21)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(21.201)	(123.160)	(173.509)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	893.273	666.062	5.029.927
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Títulos Disponível para venda	(3)	(3)	(5.104.847)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(572)	(1.412)	(1.164)
Aquisição de Intangível	(210)	(413)	(736)
Alienação e Juros Recebidos de Títulos Disponíveis para Venda	-	12.548	12.965
Alienação de Imobilizado de Uso	-	4	114
Aumento de Capital em Controlada	(420.000)	(580.078)	(120.000)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados na Nota 23.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos investimentos em empresas coligadas e controladas estão apresentadas na Nota 8.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano, e móveis e utensílios - 10% ao ano e sistema de processamento de dados, comunicação e segurança - 20% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota 9.

k) Intangíveis

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com esta finalidade.

É composto por *software*, que estão registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na nota 10.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	2016			2015				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos para negociação (2)	557.031	205.502	18.655	781.188	786.238	(5.050)	736.911	6.359
Letras financeiras do tesouro	3.025	-	-	3.025	3.032	(7)	15.395	2
Ações.....	459.734	-	-	459.734	459.734	-	432.190	-
Debêntures	14.679	-	-	14.679	14.679	-	19.117	-
Notas do tesouro nacional.....	-	-	-	-	-	-	27.364	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	205.502	18.655	224.157	219.827	4.330	210.443	6.357
Letras do tesouro nacional.....	38.857	-	-	38.857	38.857	-	-	-
Outros.....	40.736	-	-	40.736	50.109	(9.373)	32.402	-
Títulos disponíveis para venda (3)	3	-	6.189.051	6.189.054	6.654.158	(465.104)	6.665.551	(153)
Ações (4)	3	-	6.189.051	6.189.054	6.654.158	(465.104)	6.654.155	-
Debêntures	-	-	-	-	-	-	12.396	(153)
Total em 2016	557.034	205.502	6.207.706	6.970.242	7.440.396	(470.154)	7.403.462	6.206
Total em 2015	511.073	174.460	6.717.929					

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do exercício o Bradesco BBI possuía R\$ 554.006 mil (2015 - R\$ 511.073 mil), aplicados em fundos administrados pela Organização Bradesco;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante, exceto os instrumentos financeiros derivativos;

(3) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a administração realizou testes de *impairment* para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda, em que não apresentaram evidências de perdas a serem registradas; e

(4) As ações classificadas como disponível para venda no realizável a longo prazo referem-se à ações preferenciais resgatáveis e não resgatáveis sem cotação em bolsa e o valor justo dessas ações é calculado por meio de modelo interno.

c) Instrumentos financeiros derivativos

O BBI participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moeda e opções. A política de gestão de riscos da Organização é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA (BM&FBOVESPA) e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco. O valor justo dos contratos futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, usando curvas de rendimento e o valor justo do ativo correspondente.

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se, substancialmente a operações de *swap*, sendo registrados na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (CETIP).

As operações envolvendo contratos futuros de índices e moedas são efetuadas pela Administração, no sentido de proteção das exposições globais da Instituição.

I - Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2016		2015	
	Valor global	Valor líquido	Valor global	Valor líquido
Contratos de opções				
Compromissos de compra:	205.502		162.064	
- Mercado Interfinanceiro.....	205.502	205.502	162.064	162.064
Contratos de swap				
Posição ativa:	41.478		41.478	
- Moeda estrangeira	38.978	-	38.978	-
- IGP-M	2.500	-	2.500	-
Posição passiva:	41.494		41.494	
- Moeda estrangeira	38.978	-	38.978	-
- IGP-M	2.516	16	2.516	16

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

II - Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrada pelo seu valor de custo atualizado e valor de mercado

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2016			2015		
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Ajuste a receber - swap	14.325	4.330	18.655	42.022	6.357	48.379
Prêmios e opções a exercer	205.502	-	205.502	162.064	-	162.064
Total do Ativo em 2016	219.827	4.330	224.157			
Total do Ativo em 2015				204.086	6.357	210.443
Ajuste a pagar - swap	(14.067)	(4.299)	(18.366)	(41.765)	(6.300)	(48.065)
Prêmios de opções lançadas	(146.658)	-	(146.658)	-	-	-
Total do Passivo em 2016	(160.725)	(4.299)	(165.024)			
Total do Passivo em 2015				(41.765)	(6.300)	(48.065)

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de Participações em Coligadas e Controladas".

Empresas	Em 31 de dezembro - R\$ mil											
	Capital social		Patrimônio líquido ajustado		Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %		Lucro líquido ajustado		Resultado de equivalência patrimonial	
	2016	2015	Ações	Cotas	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	22.900	53.624	-	22.900	99,999994	11.114	53.624	42.615	11.114	9.703	11.114	9.703
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	1.090.000	1.640.433	972.586	-	100,000000	175.911	1.640.433	894.888	175.911	138.344	175.911	138.344
BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTVM	167.000	371.458	9.322	-	100,000000	61.911	371.458	331.548	61.911	37.094	61.911	37.094
Japira Holdings S.A. (1) (2).....	896.314	1.697.067	2.962	-	0,271405	154.703	4.606	-	-	106	-	-
STVD Holding (1) (2)	-	-	-	-	-	-	-	4.723	-	323	-	373
Ágora CTVM S.A.	284.000	443.746	13.674	-	100,000000	44.609	443.746	459.304	44.609	33.301	44.609	33.301
Total							2.513.867	1.733.078		293.974		218.815

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores; e

(2) Em 31 de outubro de 2016, o investimento da STVD Holding S.A., foi incorporado pela Japira Holdings S.A.

Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgadas em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

n) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata dia*).

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional	38	6
Total de disponibilidades (caixa)	38	6
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	294.011	212.732
Total caixa e equivalentes de caixa	294.049	212.738

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	1 a 30 dias	181 a 360 dias	Total	
	2016	2015	2016	2015
Aplicações no mercado aberto:				
Posição bancada	294.011	-	294.011	212.732
Letras do tesouro nacional.....	294.011	-	294.011	212.732
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	867.096	867.096	-
Total em 2016	294.011	867.096	1.161.107	-
Total em 2015	212.732	-	212.732	-

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	20.901	18.955
Subtotal	20.901	18.955
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	86.285	141.594
Total (Nota 6d)	107.186	160.549

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

Carteira própria	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Debêntures	6.743.060	7.177.624
- Cotas de fundos de investimentos	-	12.396
- Ações (4)	554.006	511.073
Instrumentos financeiros derivativos	6.189.054	6.654.155
Vinculados à prestação de garantias	3.025	15.395
- Letras financeiras do tesouro	3.025	15.395
Total	6.970.242	7.403.462

Títulos	2016			2015				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos para negociação (2)	557.031	205.502	18.655	781.188	786.238	(5.050)	736.911	6.359
Letras financeiras do tesouro	3.025	-	-	3.025	3.032	(7)	15.395	2
Ações.....	459.734	-	-	459.734	459.734	-	432.190	-
Debêntures	14.679	-	-	14.679	14.679	-	19.117	-
Notas do tesouro nacional.....	-	-	-	-	-	-	27.364	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	205.						

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Composição de outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Títulos patrimoniais	401	401
Investimentos por incentivos fiscais	272	272
Obras de arte	23	23
Subtotal	707	707
Provisão para perdas	(306)	(306)
Total	401	401

9) IMOBILIZADO DE USO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2016	2015
Imóveis de uso:					
- Edificações	4%	961	(904)	57	96
- Terrenos	-	30	-	30	30
Instalações, móveis e equipamentos	10%	4.829	(2.442)	2.387	2.253
Sistema de processamento de dados, comunicação e segurança	20%	3.577	(2.075)	1.502	1.122
Total em 2016		9.397	(5.421)	3.976	
Total em 2015		8.223	(4.722)		3.501

10) INTANGÍVEL

Corresponde a Gastos em Desenvolvimento de Software. O valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 960 mil (2015 - R\$ 786 mil) e amortização acumulada de R\$ 634 mil (2015 - R\$ 395 mil).

11) DEPÓSITOS

a) Em 31 de dezembro de 2016 o valor correspondente a R\$ 2.416.679 mil (2015 - R\$ 2.096.674 mil), refere-se a Depósitos Inter-financeiros emitidos em 1º de setembro de 2015, com vencimento em 1º de setembro de 2022, à taxa de juros de 108,40% do CDI.

b) Despesas de captações

Representada pelas captações de depósitos interfinanceiros, no montante de R\$ 320.006 mil (2015 - R\$ 96.674 mil).

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistemas informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

III - Movimentação das provisões constituídas

	Trabalhistas	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	6.673	8.161
Constituições líquidas de reversões	665	(72)	-
Atualização monetária	-	224	577
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (Notas 13a e b)	665	6.102	8.738

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Bradesco BBI são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são: a) Autuação de IRPJ e CSLL, relativo aos anos-bases de 2007 a 2013, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 367.740 mil (2015 - R\$ 211.923 mil); b) Autuação relativa à contribuição previdenciária sobre aportes em planos de previdência complementar e também sobre valores pagos a título de Participação dos empregados nos lucros e resultados - PLR no valor de R\$ 20.474 mil (2015 - R\$ 18.865 mil).

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	326	85.627
Provisões para impostos e contribuições diferidos (Nota 23c)	27.554	75.229
Impostos e contribuições a recolher	17.365	9.271
Provisões fiscais (Nota 12b)	8.738	8.161
Total	53.983	178.288

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Provisão para participação nos lucros e resultados	60.475	53.566
Provisão para pagamentos a efetuar	11.836	9.675
Provisão para despesa de pessoal	38.243	33.553
Provisões cíveis (Nota 12b)	6.102	6.673
Provisões trabalhistas (Nota 12b)	665	-
Outras	1.438	1.039
Total	118.559	104.506

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 4.870.000 mil (2015 - R\$ 4.537.929 mil), totalmente subscrito e integralizado é dividido em 4.950.733.362 (2015 - 4.727.522.077) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015
Em 31 de dezembro de 2015	4.727.522.077	4.537.929	4.727.522.077	4.537.929
Aumento de capital (1)	223.211.285	229.700	4.950.733.362	4.870.000
Em 31 de dezembro de 2016	4.950.733.362	4.870.000		

(1) Em 31 de maio de 2016, o BACEN homologou a AGE/O de 25 de abril de 2016 que deliberou o aumento do capital social em R\$ 571 mil, elevando-o de R\$ 4.537.929 mil para R\$ 4.538.500 mil, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Capital - Ágio na subscrição de ações, e em R\$ 331.500 mil, elevando-o de R\$ 4.538.500 mil para R\$ 4.870.000 mil, mediante a emissão de 223.211.285 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

c) Reservas de capital

A reserva de capital refere-se ao ágio pago na subscrição de ações. É utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; e (iv) incorporação ao capital social.

d) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Reservas de lucros	3.430.145	1.925.818
- Reserva legal (1)	349.517	259.700
- Reserva estatutária (2)	3.080.628	1.666.118

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Em 31 de dezembro de 2016 o montante dos dividendos/juros sobre o capital próprio provisionados para pagamento aos acionistas é de R\$ 1.444 mil (em 2015 juros sobre o capital próprio - R\$ 433.597 mil), registrados em "Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias".

Demonstrativo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

	R\$ mil	
	2016	2015
Lucro líquido	1.796.327	805.473
(1) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(89.817)	(40.273)
Base de cálculo	1.706.510	765.200
Juros sobre o capital próprio (1) (2)	292.000	177.000
Imposto de renda retido na fonte	(43.800)	(26.550)
Valor líquido a pagar	248.200	150.450
Percentual em relação a base de cálculo	14,5%	19,7%

(1) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve distribuição de dividendos com base no resultado, devido aos juros sobre o capital próprio distribuídos serem superiores ao mínimo obrigatório de 1%; e

(2) Na Reunião da Diretoria de 30 de novembro de 2016 deliberou o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 292.000 mil efetuado em 5 de dezembro de 2016; e

Na Reunião da Diretoria de 27 de fevereiro de 2015 e de 15 de dezembro de 2015 declararam juros sobre o capital próprio provisionados no montante de R\$ 57.000 mil pagos em 4 de março de 2015 e R\$ 120.000 mil pagos em 26 de dezembro de 2016.

15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Colocação <i>underwriting</i>	312.537	176.983
Análise financeira	237.092	184.533
Serviços de cobranças	166.731	128.085
Análise técnica <i>underwriting</i>	132.645	172.393
Outras	2.438	3.078
Total	851.443	665.072

16) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	56.448	47.746
Participação dos empregados nos lucros	51.771	47.318
Benefícios	26.037	29.259
Encargos sociais	20.012	17.783
Treinamentos	1.324	1.215
Provisões trabalhistas (Nota 12b)	665	-
Total	156.257	143.321

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Serviços de terceiros	59.032	56.030
Aluguéis	8.364	8.281
Propaganda, promoções e publicidade	8.205	6.578
Comunicações	4.486	4.542
Viagens	4.444	6.176
Serviços técnicos especializados	3.548	2.135
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.561	594
Transportes	1.226	1.203
Depreciações e amortizações	1.119	890
Processamento de dados	1.025	1.529
Contribuições filantrópicas	561	1.248
Outras	3.022	2.832
Total	96.593	92.038

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	37.570	29.386
Contribuição à COFINS	28.911	35.480
Contribuição ao PIS	4.698	5.765
Impostos e taxas	106	225
Total	71.285	70.856

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Receitas financeiras	23.573	20.601
Comissões	7.553	11.848
Reversão de provisão cível (Nota 12b)	571	2.675
Recuperação de encargos e despesas	335	276
Outras	326	179
Total	32.358	35.579

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Comissão de intermediação de operação	99.582	52.657
Outras despesas financeiras	3.849	2.534
Patrocínio	-	2.406
Outras	222	503
Total	103.653	58.100

21) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Rendas de aluguéis	173	183
Prejuízo na alienação de valores e bens	(54)	-
Total	119	183

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Controladores (1)	Coligadas e controladas
	2016	2015
Ativos		
Aplicações no mercado aberto	294.011	212.732
Aplicações em depósitos interfinanceiros	867.096	-
Juros sobre o capital próprio/dividendos a receber	-	60.033
Passivos		
Depósitos interfinanceiros	2.416.679	2.096.674
Instrumentos financeiros derivativos	18	14
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	432.629

	Exercício findo em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Controladores (1)	Coligadas e controladas
	2016	2015
Receitas de intermediação financeira	107.186	160.539
Despesas de intermediação financeira	(320.006)	(96.674)
Resultado em operações com derivativos	(35)	30.821
Outras despesas, líquidas de outras receitas, operacionais	(66.518)	(51.050)
	(57.615)	(55.163)

(1) Banco Bradesco S.A. e Banco Boavista Interatlântico S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 5.300 mil (2015 - R\$ 5.200 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 3.000 mil (2015 - R\$ 5.200 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	5.053	3.597
Total	5.053	3.597

Benefícios pós-emprego

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Planos de previdência complementar de contribuição definida	2.855	3.901
Total	2.855	3.901

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e crédito tributário de contribuição social
MP nº 2.158-35

	Em 31 de dezembro de 2016 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2017.....	10.608	4.926	15.534
2018.....	14.759	7.464	22.223
2019.....	14.521	7.273	21.794
2020.....	4.372	2.704	7.076
2021.....	459	356	815
Total.....	44.719	22.723	67.442

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somam R\$ 63.797 mil (2015 - R\$ 58.206 mil) de diferenças temporárias. Todos os créditos tributários do BBI foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	23.548	71.284
Atualização de depósitos judiciais e outros.....	4.006	3.945
Total.....	27.554	75.229

24) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. O BBI como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães – Contador – CRC 1SP218369/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e aos Acionistas do

Banco Bradesco BBI S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BBI S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banco Bradesco BBI S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2017



KPMG
Auditor Independente
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Autoridade Certificadora Imprensa Oficial informa

Novas cadeias de certificação digital

Estão disponíveis para serem instaladas as novas cadeias de certificação digital da Autoridade Certificadora Imprensa Oficial SP RFB G4 e Autoridade Certificadora Imprensa Oficial SP G4.

Informamos que os certificados emitidos a partir de 23 de fevereiro de 2015 serão reconhecidos por estas cadeias.

A ação é necessária porque a Autoridade Certificadora Imprensa Oficial está mudando a sua plataforma tecnológica. Mais eficiência, agilidade, segurança e qualidade na prestação de serviços serão os benefícios obtidos com a mudança.

As novas cadeias de certificação digital estão disponíveis no site da Imprensa Oficial (www.imprensaoficial.com.br), no item Certificação Digital | Suporte.

Mais informações:

SAC: 0800 01234 01 ou no site da Imprensa Oficial (www.imprensaoficial.com.br) no link Fale Conosco

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BANCO BRADESCO BBI SA	26
BEM DISTRIBUIDORA DE TIT E VALS MOBILIARIOS LTDA	2
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT SA DTVM	30
IOCHPE MAXION SA	4
RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.	15



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 127 • Número 58
São Paulo, terça-feira, 28 de março de 2017

Página 29

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO